

I COLÓQUIO PAULO FREIRE E A PESQUISA EM EDUCAÇÃO

A LEI 13.006/2014: REFLEXÕES SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A PARTIR DA ÓTICA DE PAULO FREIRE

Rafaela Mahiane Rosaⁱ

Resumo:

A publicação da Lei 13.006, que torna o cinema nacional componente curricular obrigatório nas escolas básicas de todo país, coloca à todos os profissionais da educação uma série de desafios. Quais filmes e em que condições serão exibidos? Não se pode negar que a linguagem cinematográfica e a estética do cinema nacional tem muito a contribuir com o processo formativo que se pretende crítico e emancipatório, mas é preciso garantir que nossas escolas tenham condições de promover esse diálogo com o cinema. Dados sobre as licenciaturas no Brasil mostram que a maioria dos cursos ainda privilegiam o conhecimento técnico em detrimento ao pedagógico, enquanto dados sobre as condições de trabalho do professores mostram longas jornadas de trabalho associadas a baixa remuneração, faltando espaço para a arte e a cultura na formação dos licenciandos e na vida dos profissionais. Neste contexto, compreendemos as licenciaturas podem assumir o desafio de promover uma formação ética e estética dos futuros professores promovendo o diálogo desses sujeitos com a filmografia nacional. Proponho assim uma reflexão sobre formação e condição docente frente os desafios da Lei 13.006/2014 e convido ao diálogo com cinco obras do cinema nacional: Mutum (2007), Sonhos Tropicais (Sturm, 2002), Narradores de Javé (Caffé, 2003), Hoje eu quero voltar sozinho, Deus e o Diabo na Terra do Sol (Rocha, 1964). A partir dessas reflexões, defendo a licenciatura como locus privilegiado para que, a partir do diálogo com cinema, buscar superar a formação tecnicista e valorizar a pluralidade cultural brasileira.

Palavras-chave: Formação de professores, cinema e educação, cinema e docência.

ⁱ Mestranda em Educação pelo PPEDU/UFSJ, sob orientação da Profa. Dra. Maria Jaqueline de Grammont Machado de Araújo.